**CONGRESSO**

# Senado decide se inclui FCDF na Constituição

## Votação da PEC sobre Fundo que financia polícias e bombeiros está marcada para terça

» LUÍZA ALTOÉ

Ton Molina/Agência Senado



**Demos um grande passo para garantir a verdadeira independência do Distrito Federal. Com essa mudança, a governadora e os próximos governadores não precisarão mais solicitar autorização do governo federal e do Congresso Nacional para realizar concursos ou conceder reajustes às forças de segurança"**

***Izalci Lucas (PL-DF),*** *senador, autor da PEC*

O Senado deve analisar na próxima terça-feira a proposta que inclui na Constituição o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Os parlamentares aprovaram a matéria ontem pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, avalizaram em plenário um calendário especial, possibilitando uma tramitação mais célere da matéria. A proposta de emenda à Constituição (PEC) explicita na Carta Magna que cabe à União financiar o Distrito Federal na organização e na manutenção das polícias Civil, Penal e Militar e do Corpo de Bombeiros militar, bem como na prestação de assistência financeira para a execução de serviços públicos, por meio do FCDF.

A PEC, de autoria do senador Izalci Lucas (PL-DF), inicialmente também constitucionalizava que os recursos transferidos ao FCDF seriam corrigidos anualmente pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. O trecho, no entanto, foi retirado pelo relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Ele argumentou que a proposta apresentava imprecisão e omissão quanto à definição de um valor de partida para a correção dos valores do fundo. "A falta desse valor de partida certamente levará a interpretações dúbias quanto à aplicação de futuro dispositivo constitucional, podendo, inclusive, suscitar conflitos com a lei já existente", avaliou o relator.

A correção dos recursos destinados ao Fundo já são previstos na Lei 10.633/2002. No entanto, sucessivas tentativas de mudar esse cálculo impulsionaram o senador a apresentar a proposta. Portanto, ao constitucionalizar, é garantido maior segurança ao FCDF, tendo em vista que as alterações ficariam mais difíceis. Para ser aprovada, uma PEC precisa de, no mínimo, 49 votos favoráveis em dois turnos.

Em agosto, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que, entre outros pontos, alterava o cálculo do Fundo. Posteriormente, a mudança — que poderia reduzir em R$1,8 bilhão os recursos destinados ao DF em 2027 — foi revertida pelos senadores, em novembro, por meio do projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal das contas públicas.

Izalci enfatizou que a matéria traz autonomia para o governo do DF para realizar concursos e conceder reajustes às forças de segurança. "Hoje (ontem), demos um grande passo para garantir a verdadeira independência do Distrito Federal. Com essa mudança, a governadora e os próximos governadores não precisarão mais solicitar autorização do governo federal e do Congresso Nacional para realizar concursos ou conceder reajustes às forças de segurança", explicou.

Durante a votação na CCJ, o senador Omar Aziz (PSD-AM) também defendeu a apreciação da matéria. "O custeio de um estado e do Distrito Federal é muito alto. A remuneração e a valorização dos servidores públicos é pequena; é uma luta constante desses servidores. A gente espera, dessa forma, dar tranquilidade para quem estiver no GDF", disse.

Foi construído um acordo com o governo para que a matéria seguisse para votação na Casa na próxima semana. Em plenário, Izalci relembrou os termos ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que se comprometeu a pautar a PEC na terça-feira.

# Compromisso com pautas femininas

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Reprodução redes sociais



**Alcolumbre: "Reafirmei às senadoras que podem contar integralmente comigo na defesa de suas pautas"**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reuniu-se, ontem, com integrantes da bancada feminina para discutir as prioridades das parlamentares para os próximos anos. Entre os assuntos abordados estavam a participação das mulheres nas discussões sobre o Código de Processo Civil (CPC), possíveis mudanças no Código Eleitoral e destinação de recursos no Orçamento da União. Entre as participantes estava a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que também disputa a Presidência do Senado contra Alcolumbre.

Durante o encontro, o chefe do Senado reafirmou o compromisso com as pautas femininas e disse que, caso seja reeleito, dará continuidade às demandas de interesse das parlamentares. Das 18 integrantes da bancada, 14 participaram da reunião.

"Reafirmei às senadoras que podem contar integralmente comigo na defesa de suas pautas e de suas prerrogativas parlamentares, pois sempre estarei com disposição para ouvi-las, dialogar, construir consensos e assegurar o pleno exercício de seus mandatos", disse Alcolumbre. "Sei da grande responsabilidade de presidir o Senado Federal e tenho muito orgulho de, na nossa gestão, termos assegurado um espaço físico à bancada feminina", completou.

## Diálogo

A presidente da bancada feminina, senadora Dorinha Seabra (União Brasil-TO), declarou que uma das reivindicações foi a realização periódica de encontros entre as parlamentares e o presidente do Senado. A intenção é garantir um espaço permanente de diálogo sobre temas de interesse das mulheres. Além das pautas femininas, a possível mudança no Código Eleitoral e a participação feminina na elaboração do Orçamento público estão entre as preocupações das senadoras.

"Não queremos ser surpreendidas com uma proposta de mudança no sistema eleitoral, que já está sendo discutida na Câmara e que nos afeta. Precisamos entender como isso pode afetar a representação e a presença das mulheres", afirmou.

Dorinha também ressaltou a importância de garantir recursos para políticas voltadas às mulheres no Orçamento da União. "Quando falamos que as pautas e as questões das mulheres são importantes, olhamos para o Orçamento e não vemos a destinação de recursos. Isso não se traduz em prioridade", enfatizou.

A parlamentar acrescentou que bancada tem múltiplos interesses: "Temos pautas ligadas à questão da violência contra a mulher, à saúde, mas, também, interesse em discutir questão tributária, financiamento, relatorias de medidas provisórias."

**18**

**Número de integrantes que a bancada feminina terá no Senado em 2027, com as 12 eleitas neste ano. Será a maior composição da história, o equivalente a 22,2% das 81 cadeiras da Casa**

## NAS ENTRELINHAS

**Por Luiz Carlos Azedo**



luizazedo.df@dabr.com.br



# Da rampa à Esplanada, Lula tem 40 dias para dar o rumo ao quarto mandato

Até a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 5 de janeiro, o presidente tem 40 dias para montar uma equipe que dê cara nova ao governo. Se gastar esse tempo acomodando aliados e remanejando ministros sem definir o que cada um terá de entregar, seu quarto mandato corre o risco de começar como um "mais do mesmo". Passada a consagração da vitória, cuja repercussão internacional Lula acompanhou de corpo presente nas viagens recentes, chegou a hora de aterrissar. Alguns problemas ainda são herança do bolsonarismo, porém, as escolhas feitas desde 2023 já são de sua inteira responsabilidade.

Lula está diante da suíte do próprio governo. Parece que a ficha caiu. O presidente voltou a discutir o comando da economia e chamou três ex-ministros da Justiça para desenhar uma política de segurança à altura do avanço do crime organizado. Na conversa de terça-feira com Fernando Haddad, Lula levantou a hipótese de criar uma secretaria de investimentos, ligada à Presidência e com status de ministério. Segundo interlocutores, Haddad desaconselhou a ideia pelo risco de esvaziar a Fazenda e a Casa Civil. A objeção pôs o dedo na ferida. Em vez de criar mais um centro de decisão, com risco de aumentar os conflitos internos no governo, Lula precisa fazer com que as duas pastas trabalhem juntas. Cabe à Fazenda dizer quanto o governo pode gastar e à Casa Civil cobrar a execução das prioridades que couberem nesse limite.

### Prioridades

Quando as duas divergem em público, há um jogo de perde-perde: a arbitragem consome o tempo e atrasa o investimento que a nova secretaria supostamente destravaria. O tempo é o recurso mais escasso de qualquer governo. No começo do mandato, Lula ainda pode usar a força das urnas para negociar medidas difíceis com o Congresso, mas seu caminho das pedras é apresentar, até março, uma trajetória fiscal que preserve os compromissos sociais e dê previsibilidade ao investimento.

O pacote de Bruno Moretti, já sancionado, amplia os instrumentos para perseguir o superavit primário de 0,5% do PIB em 2027. Entretanto, economistas como Eduardo Giannetti propõem chegar de 1,5% a 2% em 2028, patamar que o ministro Dario Durigan projeta só para 2030. A diferença de dois anos traduz o tempo que o governo tem para convencer quem decide se investe, contrata ou espera. Mesmo que o ministro da Fazenda viesse a ser o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, como se especulava ontem nos bastidores do Palácio do Planalto.

Apesar do ajuste muito aquém do que o mercado desejaria, o fogo amigo da esquerda do governo já começou. O secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos, diz que o governo deve buscar economia nas renúncias tributárias injustificadas, nas emendas parlamentares e nos supersalários, preservando os pisos da saúde e da educação. Rever benefícios fiscais exige enfrentar setores organizados. Disciplinar emendas exige negociar com os mesmos parlamentares que votarão o ajuste e não querem renunciar a uma fatia no Orçamento. O ministro joga mais para a plateia do que para o governo.

Além disso, Lula não pode brigar em todas as frentes, precisa escolher aquelas que valem a pena. Para quem vive do salário, a ligação entre as contas públicas e o cotidiano aparece no preço dos alimentos e no custo do crédito. É aí que um ajuste ganha ou perde sustentação política. Essa é a primeira prioridade.

A segunda é o investimento voltar a produzir emprego e renda. Um programa enxuto de obras de saneamento, logística e energia, com financiamento definido e prazo de entrega, vale mais para o crescimento do que um programa inexequível para aceleração da economia. Na agenda social, o mesmo critério recomenda concentrar esforços em proteger a renda das famílias mais pobres e manter os jovens na escola. O reajuste do Bolsa Família e o Pé-de-Meia têm objetivos que o governo pode enunciar e medir. Já a redução da jornada 6x1 exige que se leve em conta a capacidade de adaptação dos pequenos negócios.

A terceira prioridade é a segurança, que está no colo de Lula. Na reunião com os ex-ministros da Justiça Tarso Genro, Ricardo Lewandowski e Flávio Dino, apareceu uma atribuição que justifica maior protagonismo federal. As redes criminosas atravessam fronteiras, lavam dinheiro e financiam a violência nas cidades. O Ministério da Segurança Pública terá função de articular investigações com os estados, integrar inteligência e atingir o patrimônio das facções. O cidadão julgará os resultados pela redução da violência e pela capacidade de o Estado recuperar territórios onde o crime dita as regras.

O recorte pós-eleitoral da Quaest ajuda a entender a razão dessa agenda. Conservadores cristãos, classes D e E e pessoas ligadas ao agronegócio somam 61% do eleitorado na tipologia da pesquisa. É gente que vota por razões diferentes, mas tem interesse em comida a preço suportável, emprego e segurança. A melhora da aprovação abre a Lula a oportunidade de trabalhar sobre esses interesses e reconstruir alguma coesão social. Além da educação e da saúde, um programa minimalista passar por previsibilidade e prioridade às contas, destravar o investimento que gera emprego e proteger a população da violência.